

A atualidade do pensamento de Paulo Freire e as políticas de Educação de Jovens e Adultos¹

"o saber de experiência feito" Camões e Paulo Freire!!!

Maria Margarida Machado²

Introdução

Numa reflexão sobre a atualidade do pensamento de Paulo Freire e as políticas de EJA, é oportuno enfatizar inicialmente de que perspectiva de educação falamos, falamos da Educação Libertadora e, portanto, falamos de uma pedagogia da libertação. Ou seja, o conceito nos informa os meios e os fins. Não é possível tratar da educação libertadora, sem pensar que a pedagogia também precisa ser libertadora. Como Paulo Freire definia

(...) aquela que tem que ser forjada com ele (oprimido) e não para ele, enquanto homens e povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará. O grande problema está em como poderão os oprimidos, que “hospedam” o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. (FREIRE, 1987 p.32)

Recuperando a origem desse conceito, tão conhecido, mas que vale mais uma vez contextualizar, pode-se recuperá-lo de Angelim (2006), quando trata do processo de constituição da pedagogia da libertação:

Após a segunda guerra mundial, foram os(as) educadores(as) identificados com a luta anticolonial e anti-hegemônica e, mais recentemente, anti-neoliberal, que propuseram a pedagogia da libertação, inspirada principalmente em Karl Marx, cuja expressão de maior relevância e de impacto internacional é a obra do educador brasileiro Paulo Freire (1921 Recife-Pernambuco – 1997 São Paulo -São Paulo), destacando-se, principalmente, o livro *Pedagogia do Oprimido*, escrito em 1968 no exílio, em Santiago-Chile, publicado no Brasil somente em 1975, traduzido a partir de 1969 para o espanhol, inglês, francês, alemão, italiano, sueco, norueguês, finlandês, dinamarquês, flamengo, grego, árabe, chinês e outros idiomas. *Pedagogia do Oprimido* foi revisitada pelo autor no livro *Pedagogia da Esperança*, publicado em 1992. (Angelim, 2006)

Partindo desta perspectiva da educação libertadora, aquela que entende a educação de jovens e adultos como um direito, não consuetudinário, mas conquistado na luta diária dos que atuam no campo da EJA, há muito o que dizer sobre a atualidade do pensamento de Paulo Freire e as políticas de EJA.

¹ Conferência de abertura do IX Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos – IX ENEJA, Pinhão/Faxinal do Céu/Paraná, setembro de 2007.

² Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.

Para esta reflexão, optamos pela utilização de uma ferramenta metodológica muito vivenciada na prática freireana, que é a utilização de **Temas Geradores**, temas sociais colhidos do nosso universo vocabular de militantes dos fóruns de EJA, como recurso pedagógico para auxiliar num balanço sobre as políticas de EJA, em especial, no período de 1996 a 2007. Os temas aqui abordados serão : **Trabalho Coletivo e Educação como Direito**.

Trabalho Coletivo

Fazendo uma análise retrospectiva da existência da EJA enquanto campo de atuação, seja como militantes dos movimentos sociais (populares e sindicais), seja como gestores federais, estaduais e municipais de EJA, seja como professores/pesquisadores das universidades, seja como professores/educadores populares de jovens e adultos, da alfabetização ao nível médio e profissional, seja como educandos da EJA, consideramos os fóruns de EJA como representantes hoje de uma experiência concreta de **Círculo de Cultura** na perspectiva freireana.

O **Círculo de Cultura**, lugar de encontro e diálogo de homens e mulheres que buscam uma re-leitura da realidade com vistas à transformação da sociedade, aqui quer representar a dinâmica de organização, nestes últimos 11 anos, dos vários segmentos que atuam na EJA. Esse campo teve um forte impulso para a sua organização em fóruns, a partir da mobilização para a V Confinteia com a convocação pelo governo federal à época, para participação dos encontros regionais e do encontro nacional em Natal/RN, setembro de 1996, de onde foram tirados documentos que considerávamos representar a realidade da EJA no Brasil àquela ocasião.

O que mudou na EJA daquele contexto para este? Houve um fortalecimento, enquanto organização social e política, nos diversos segmentos que atuam no campo da Educação de Jovens e Adultos. Há hoje uma vinculação clara, como representantes de vários segmentos: gestão pública federal, estadual e municipal; universidades; educadores/professores de jovens e adultos; educandos; movimentos sociais e populares. Esse fortalecimento não significa uniformidade entre os 26 fóruns estaduais, o fórum do DF e os mais de 30 fóruns regionais de EJA.

Como experiência de Círculo de Cultura, podemos observar um avanço na direção da construção coletiva da política de EJA, sobretudo quando já não há dependência de uma convocação do governo federal para a existência, pois há uma dinâmica instituída em cada fórum que, com suas pautas, ao longo do ano, já se preparam para uma avaliação anual nos

encontros nacionais (ENEJAs). Essa reunião anual conta com uma participação importante de financiamento do governo federal, nos últimos anos, mas o que representa maior vitória sem dúvida é o reconhecimento dos fóruns, desde 2004, como interlocutores privilegiados na construção da política de EJA, expressa na representação desses na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos – CNAEJA, nas reuniões semestrais com a Secad/MEC e, mais recentemente, nas audiências públicas do CNE/CEB.

Como parte do processo dialético dessa constituição histórica de sujeitos coletivos, algumas fragilidades precisam ser assumidas pelos fóruns para que possa continuar avançando. Portanto, cabe perguntar em que medida ainda se mantém fóruns tutelados a um segmento específico ou, ainda pior, a pessoas? O que se tem feito para democratizar o acesso, em especial de educadores e educandos, sujeitos fundamentais da EJA, a esta forma de construção coletiva? Como fazer avançar o diálogo na construção da política de EJA, compreendendo os papéis diferenciados que cabem a cada segmento que compõe os fóruns? Como discernir, numa análise bem gramsciana entre a “guerra de movimento e a guerra de posição”, aquela que exige uma preparação estratégica (minuciosa e técnica), entre os enfrentamentos dos embates que precisam ser feitos como e/ou enquanto poder público em todas as esferas?

O desafio apontado por Paulo Freire (1987 p.32) permanece nessa construção coletiva: “O grande problema está em como poderão os oprimidos, que ‘hospedam’ o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação”. Os meios, que têm sido utilizados para fortalecer a luta em defesa da EJA como política pública, não podem reproduzir os inúmeros erros já cometidos por outras organizações sociais, como partidos, sindicatos, organizações não-governamentais etc, ou ainda organizações de Estado. Manipulação de informações, autoritarismo das lideranças, narcisismo e arrogância são “hóspedes” indesejáveis a essa luta. Neste aspecto, muito do pensamento freireano nos faz retomar, mais uma vez, Gramsci quando pensa a produção coletiva de conhecimento,

“O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato ‘filosófico’ bem mais importante e ‘original’ do que a descoberta, por parte de um ‘gênio’ filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais.” (1999:96)

A opção pelo Trabalho Coletivo exige refletir diariamente sobre essas questões colocadas, para que se deixe concretamente de ser uma “igrejinha”, como nas palavras de um antigo militante desta área, e se passe de fato a uma organização social e política com capacidade de intervenção orgânica no campo da política pública de educação. Política esta

que, cada vez mais, deixa de ser aquela que o outro vai assumir, mas aquela que cada um de dos segmentos tem que assumir.

Estes 11 anos de articulação em fóruns já os colocam numa condição de enfrentamento de tensões, tais como: **qual o conceito hoje de Educação de Jovens e Adultos?** Há quem, nos fóruns ou num espaço de interlocução não muito distante deles, questione a atuação dos fóruns por estarem muito presos à questão escolar. A EJA é mesmo só a escolarização? Deixa-se de dialogar com a educação popular, quando se briga por escolarização? Há um engessamento do currículo formal intransponível pelos sujeitos da EJA? Perdeu-se o foco da luta política na EJA?

Reflitamos um pouco sobre isto, diante do contexto que se vive na última década. É impossível não centrar força na defesa do direito à escolarização diante dos dados, por exemplo, que se apresentam abaixo.

Analfabetismo Funcional 1996 a 2005

	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
Brasil	33 965	34 492	33 807	33 657	33 330	32 476	31 793	31 233	30 810
Urbano	22 732	22 741	22 087	22 405	23 467	23 010	22 569	22 286	21 811
Rural	11 233	11 751	11 720	11 252	9 863	9 465	9 223	8 948	8 999

Fonte: IBGE

Portanto, um fórum que não mobilize, pressione, acompanhe e colabore para a expansão das matrículas, para o acesso e a permanência de jovens e adultos, principalmente na educação básica cada vez com maior qualidade, não está cumprindo uma de suas principais funções. Mas, não se esgota aí a luta.

A EJA não deixa de ser educação popular porque há uma luta por escola. A força da educação popular está na mobilização de todos, na compreensão do conhecimento como ferramenta para transformação. Neste aspecto, cabe lembrar o que Paulo Freire já dizia a respeito do sentido da escola para o povo,

“Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feito, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe ser sujeito de sua própria história.” (FREIRE, Paulo. A educação na cidade. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001, p.16)

Não perder de vista esta compreensão do papel transformador da educação, aqui não apenas como escolarização, mas como produção de sentidos e, portanto, produção de saberes e práticas, é o principal elo de ligação entre educação popular e luta política. Elo este que tenciona, inclusive as relações internas nos fóruns, pois é sabido que o engajamento político

não está no dia-a-dia de todos os segmentos que compõem os fóruns, por exemplo, quando se é colocado o desafio de pensar a relação entre escolarização e mercado/mundo do trabalho; educação e geração de renda; diversidade e desigualdade de tratamento dos sujeitos da EJA. A necessária aproximação da EJA com a Economia Solidária, na perspectiva de construção de uma outra referência no campo da sobrevivência material e imaterial dos sujeitos da EJA; a possibilidade de discussão concreta de um currículo que integra formação geral e formação profissional (com as várias experiências de Projovem e Proeja já espalhados pelo país) na EJA; a necessária articulação dos movimentos sociais no âmbito dos fóruns.

Todos estes elementos no campo da EJA, analisados na perspectiva de Paulo Freire, para quem a luta através da organização política da sociedade é que faz avançar na transformação da realidade social, nos remetem à necessidade do fortalecimento das estratégias produzidas no âmbito da gestão democrática, como por exemplo os diversos conselhos de acompanhamento e fiscalização da política pública. O mesmo precisa ser considerado para as diversas comissões a que são chamados os membros dos fóruns a integrar ou se entende como necessárias à existência, como no caso específico da dinâmica do próximo ano em preparação à VI Confinteia, que ocorrerá no Brasil, em 2009.

Ainda neste campo do desafio político, hoje já há um acúmulo entre vários participantes dos fóruns, que saíram e estão saindo para assumir, em cargos do poder executivo federal, estadual e municipal, ou ainda em mandatos parlamentares, a luta pela EJA. É angustiante perceber que tudo o que foi acumulado no campo da EJA, nestes últimos onze anos de trajetória, ainda não é suficiente para superar uma lógica compensatória, aligeirada e utilitarista da EJA. Todavia, não cabe o desencanto, até porque se existem os fóruns, enquanto movimento social, é por terem clareza de que o trabalho coletivo é o caminho. Não cabe cair nos “encantos do poder individualizante e autoritário”, pois quando se assume um cargo administrativo/político, como gestor público, em qualquer uma das esferas de governo, não se está só! Não são heróis de uma causa própria! Não podem ser mártir, numa luta que é de muitos. E, portanto, também, não há pessoas insubstituíveis! Por isso, é importante reaprender cada dia com a educação popular que o que permanecesse da EJA é o que efetivamente se constrói junto, mesmo que isto signifique demorar mais, avançar de forma mais lenta, ceder quando for preciso, ser incisivo sempre que necessário.

“A criticidade ou a indignação não precisa ser, necessariamente, desesperançosa, amarga ou rancorosa. Todo conteúdo histórico-crítico pode aliar denúncia e anúncio a relatos de conquistas e sucessos alcançados nos confrontos de interesses contraditórios e ao entusiasmo na busca coletiva e organizada de soluções viáveis. (VALE, 2005: 59)

Outra tensão que se faz presente, neste trabalho coletivo dos fóruns e que nos levará ao segundo tema gerador, é: **Qual papel de cada instituição/entidade/movimento na EJA**, mais especificamente, por exemplo, quem deve ser efetivamente o principal executor da oferta de escolaridade para jovens e adultos, num contexto em que se tem, por exemplo, uma super oferta de ações de alfabetização feitas por estados, municípios, ONGs, movimentos sindicais, movimentos populares, empresas... Todos com possibilidade de financiamento do governo federal, pelo menos nos últimos cinco anos, via Programa Brasil Alfabetizado, todavia não se tem verificado a ampliação da matrícula no primeiro segmento da EJA, como comprovam os dados do Censo Escolar do INEP 2003-2006.

Matrícula na EJA - 2003 a 2006

Ano	Total	Subtotal EF	1ª a 4ª	5ª a 8ª	E Médio
2003	4.403.436	3.422.693	1.657.824	1.764.869	980.743
2004	4.577.268	3.419.675	1.553.483	1.866.192	1.157.593
2005	4.619.409	3.395.550	1.488.574	1.906.970	1.223.859
2006	4.861.390	3.516.225	1.487.072	2.029.153	1.345.165

Fonte: INEP/Censo Escolar

Os dados do IBGE sobre, por exemplo, analfabetismo funcional dos últimos anos, já apresentados, chamam nossa atenção para o tamanho do desafio que temos em relação à necessidade de ampliação dessa matrícula geral em EJA.

Educação como Direito de Todos

A luta histórica no campo da EJA tem sido para que o poder público assuma sua responsabilidade na oferta da educação básica de jovens e adultos; que universidades e sistemas públicos de ensino assumam a formação inicial e continuada de professores e educadores; que a sociedade civil, organizada nos seus movimentos e no setor empresarial, seja demandante desta oferta de escolarização para jovens e adultos; que educadores e educandos se identifiquem de fato com uma modalidade do ensino fundamental e médio em sua especificidade. Todas estas ações são como fios diferentes que tecem uma só rede: a da educação como direito, segundo tema gerador desta reflexão.

Contraditoriamente, o que se verifica hoje, ainda em grande medida, é uma inversão nos papéis em torno da garantia da oferta de EJA. Não se trata aqui da defesa de uma rigidez implacável de “cada um com seu cada um”, até porque é sabido que a dinâmica da EJA exige uma convivência e uma confluência de ações, todavia há que se pensar sobre onde esta

dinâmica está levando a EJA. É como se esse tecer não estivesse entrelaçado e, portanto, se desmanchasse facilmente ao puxar de uma ponta, pois as demais estão fora do lugar. Ou ainda melhor dizendo, para exemplificar, é uma super lotação no campo da execução da ação de escolarização, particularmente no campo da alfabetização como já foi dito, que todavia não tem representado concretamente a ampliação, o acesso e a permanência dos jovens e adultos na educação básica.

Analisando cada ação necessária para o alcance do objetivo da educação como Direito, veremos que há lacunas importantes a serem preenchidas. Um passo crucial na tessitura desta rede já se inicia no convencimento da educação como direito aos seus próprios sujeitos. A quem cabe mobilizar o povo senão a todos os segmentos! Como convencer o jovem de que é possível voltar para a escola que o “expulsou”? Como convencer adultos de que o processo de educação ainda faz sentido, mesmo sem estar vinculado imediatamente à melhora nas condições de vida? O que concretamente está sendo feito neste momento inicial que é o da mobilização para a busca do Direito?

Certamente, muito está sendo feito por vários dos segmentos que atuam na EJA. Aqui poderia lembrar algumas estratégias do poder executivo federal, em parceria com estados e municípios, como por exemplo, o atendimento de populações específicas como juventude urbana, agricultores familiares, pescadores, apenados... Todavia cabe a pergunta: como transformar tantos projetos e programas em componentes de uma política pública sólida que ultrapasse os governos e se consolide como política de Estado? Como efetivamente e corajosamente assumir a coordenação da política pública para educação de jovens e adultos, quando herdamos uma fragmentação e pulverização de ações no interior do Ministério da Educação, nos diversos ministérios, nas autarquias e fundações, que se reproduzem no âmbito dos estados e municípios.

Este parece ser ainda um grande entrave à virada conceitual no campo da **educação como direito** para jovens e adultos. Quem efetivamente “dá o tom”? Quem concretamente diz o compasso no qual esta “melodia” deve seguir? Não se pode mais permitir que outra fundação seja criada, ligada à Presidência da República, para coordenar a política da EJA, como no período do MOBREAL. Não se pode admitir, como em 1996, os fóruns serem palanques de lançamento do que se tornou uma super ONG de alfabetização, respondendo pela política de EJA nacional e internacionalmente, como o Programa Alfabetização Solidária. A história está demonstrando que estas estratégias passam. O que permanece é o Ministério da Educação, órgão responsável pela coordenação da política educacional do país,

portanto é nele que deve se concentrar o poder de força em defesa da educação como direito para todos.

É no tão recente Departamento de Educação de Jovens e Adultos, criado há apenas três anos, que se precisa depositar a confiança na construção da EJA como política pública. Isto os fóruns têm feito, participando ativamente das reuniões semestrais com a Secad/MEC; divulgando as ações e produções de EJA, neste governo; indicando as experiências para a Medalha Paulo Freire; produzindo textos que contribuem para o debate das políticas e diretrizes para EJA; propondo, inclusive, nomes de colegas nossos para compor a equipe deste departamento. Considero que estamos num momento ímpar nesse sentido. Este é um governo que, com todas as nossas divergências, ajudamos a eleger. É por isso que acreditamos serem tão legítimas todas as cobranças que fazemos ao DEJA, à Secad/MEC. Não se trata de transferir responsabilidades ou fazer críticas injustas, trata-se de reconhecer a dureza e, ao mesmo tempo, a grandiosidade deste momento histórico que vive o campo da EJA.

Portanto, na defesa da **educação como um direito de todos**, aprendendo com Camões e Paulo Freire o valor do “saber da experiência feito”, é que se tem que ratificar a importância da coordenação da política da educação para os jovens e adultos pelo DEJA/Secad, pelo MEC. Uma tarefa importante nessa coordenação refere-se, por exemplo, à retomada da discussão do financiamento da EJA, pois não há como falar em direito à educação, sem tocar nas condições reais para que este direito se efetive. Portanto, lembramos que a grande estratégia do Governo Fernando Henrique Cardoso, em relação ao Plano Decenal de Educação para Todos, que foi o de ignorá-lo, não pode ocorrer no Governo Lula em relação do Plano Nacional de Educação, em especial quando tratamos das metas de expansão das matrículas para jovens e adultos, nas metas 1, 2 e 3.

A EJA esteve muito mal representada desde 2003 na discussão do Fundeb, internamente no ministério e externamente nas ruas. Não houve um forte movimento de entidades, inclusive as filantrópicas, defendendo nossa inclusão no fundo (como os fraldas pintadas); não houve um loby expressivo em defesa da EJA em condições de igualdade com as matrículas do ensino fundamental; não se conseguiu unidade na defesa da EJA, junto ao Consed e à Undime. Tudo isto coloca a EJA numa situação frágil e incerta hoje. Quais serão para EJA os efeitos do peso O,7 nas diferentes regiões do país? O que representará a entrada parcelada das matrículas no fundo (33% em 2007; 66% em 2008; 100% em 2009)? O que significa a matrícula de EJA não poder ultrapassar 15% de toda a matrícula no interior no

Fundeb em cada sistema? O quanto cada um de nós, cada um dos nossos segmentos aqui representados sabe desta questão? Vamos simular um pequeno exemplo do impacto do Fundeb.

O Fundeb no Município de Goiânia/GO

Realidade Atual:
Jovens e Adultos no Ensino Fundamental Alternativo
Jovens e Adultos na matrícula de EJA

Modalidade de Ensino	nº de Alunos	Percentual (1)	Valor Anual (2)	Total (3)
1ª a 4ª noturno	6.625	100%	1.179,00	7.810.875,00
5ª a 8ª noturno	14.431	100%	1.297,00	18.717.007,00
EJA	156	33%	825,00	128.700,00
Total	21.212		-	26.656.582,00

- (1) Trata-se do percentual de matrículas que serão contempladas no Fundeb, em 2007.
(2) Valor Anual por aluno, estimado para Goiás em 2007, conforme Site do MEC e Tesouro Nacional
(3) Valor Anual estimado para Goiás, levando-se em conta que as matrículas de 1ª a 8ª figuram como alunos do Ensino Fundamental regular presencial.

O atendimento da população de jovens e adultos pela Rede Municipal de Educação de Goiânia é feito, atualmente, de quatro formas: uma estratégia de mobilização para alfabetização, em parceria com o Programa Brasil Alfabetizado; um atendimento modular de primeiro segmento chamado Projeto AJA; uma matrícula grande em ensino fundamental noturno alternativo³ e um atendimento diferenciado de 5ª a 8ª série em classes diferenciadas. Essa diversidade de atendimento garante hoje o financiamento, na sua grande maioria da matrícula de jovens e adultos coberta integralmente pelo Fundeb e, agora, também tendo a cobertura do Fundeb sem as restrições feitas à matrícula específica na EJA. Vejamos como seria o impacto hoje na rede municipal de Goiânia, se todos os jovens e adultos estivessem matriculados na modalidade EJA:

Projeção de Matrículas em EJA

Modalidade de Ensino	Nº de Alunos	Percentual (1)	Valor Anual (2)	Total (3)
1ª a 4ª noturno	2.186	33%	825,00	1.803.450,00
5ª a 8ª noturno	4.762	33%	825,00	3.928.650,00
EJA	156	33%	825,00	128.700,00
Total	7.104		-	5.860.800,00

- (1) Trata-se do percentual de matrículas que serão contempladas no Fundeb, em 2007.
(2) Valor Anual por aluno, estimado para Goiás em 2007, conforme Site do MEC e Tesouro Nacional.
(3) Valor Anual estimado para Goiás, levando-se em conta que as matrículas de 1ª a 8ª figuram como alunos de EJA.

³ O Ensino Fundamental Noturno alternativo em Goiânia funciona de 1ª a 8ª séries, com carga horária diferenciada entre horas presenciais e complementares; matrícula a qualquer momento do ano; avaliação no processo; avanço ao longo de todo o ano; base curricular paritária (todos os componentes curriculares possuem a mesma carga horária).

A diferença entre o que Goiânia irá receber no Fundeb e o que poderia ocorrer se todos os jovens e adultos estivessem na matrícula de EJA é igual a R\$ 20.795.782,00 (vinte milhões, setecentos e noventa e cinco mil e setecentos e oitenta e dois reais). Para o gestor público esta é uma grande diferença, principalmente, quando se trata de uma rede que possui mil professores atendendo as diversas formas de educação para jovens e adultos e este recurso impacta, imediatamente, na folha de pagamento. O resultado deste impacto negativo está relacionado ao fator de ponderação aplicável a EJA, na distribuição proporcional dos recursos do Fundeb, que equivale a 0,7⁴ do valor referência das séries iniciais do ensino fundamental, bem como, à entrada gradual⁵ no fundo até 2009.

Todavia, as restrições à EJA não se limitam ao fator de ponderação e à entrada gradual das matrículas. Temos ainda o limite de 15% de apropriação dos recursos pela educação de jovens e adultos, no montante dos recursos do fundo respectivo de cada município ou estado. Para entender o que isto significa, vamos mais uma vez ilustrar com os dados de Goiânia, numa simulação onde, em 2009, todas as matrículas estivessem na modalidade de EJA e não tivéssemos alterações no valor anual/aluno, nem na receita prevista para o fundo do município. Nesta simulação, o Município de Goiânia não poderia aplicar todo o recurso em EJA, previsto pelo total de matrículas, pois ultrapassaria os 15% de todo o fundo previsto para o município.

Projeção para 2009

Modalidade de Ensino	Nº de Alunos	Percentual (1)	Valor Anual (2)	Total (3)
1ª a 4ª noturno	6.625	100%	825,00	5.465.625,00
5ª a 8ª noturno	14.431	100%	825,00	11.905.575,00
EJA	459	100%	825,00	378.675,00
Total	21.515		-	17.749.875,00

Estimativa da Receita 2007/ Goiânia -

107.683.783,82

15% para EJA -

16.152.567,45

Valor descoberto -

1.597.308,00

Esta demonstração de possíveis dificuldades a serem enfrentadas com a implantação do Fundeb não representa a realidade de todas as capitais brasileiras, diria, inclusive, nem de todos os estados e demais municípios. Estes dados mudam conforme a configuração da matrícula e conforme a previsão de receita de cada localidade. Há municípios, por exemplo,

⁴ Estes fatores de ponderação são anunciados por resolução do MEC, todavia decididos pela Junta de Acompanhamento do Fundeb, composta pelo ministro da educação, presidente do CONSED e presidente da UNDIME.

⁵ Em 2007 só serão computadas 33,33% das matrículas, em 2008 serão 66,66% para alcançar 100% das matrículas em 2009.

hoje, que concentram sua matrícula em EJA, cujo impacto dos limites impostos pela regulamentação do Fundeb não será sentido imediatamente como negativo. Vamos a um exemplo disto.

O Fundeb no Município de Natal/RN

Projeção para 2007 a 2009

Período	Nº de Alunos	Percentual (1)	Valor Anual (2)	Total (3)
2007	3.495	33%	843,00	2.946.285,00
2008	6.990	66%	843,00	5.892.570,00
2009	10.485	100%	843,00	8.838.855,00

Estimativa da Receita 2007/ Natal -

55.585.816,00

15% para EJA -

8.337.872,40

Valor descoberto -

500.982,60

O exemplo de Natal/RN provavelmente se repetirá em todas as capitais do Norte do Nordeste que, desde 2002, vinham recebendo a complementação do governo federal, através do Recomeço ou Fazendo Escola. O Município de Natal/RN recebeu em 2006, R\$ 2.446.470,00 (Dois milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e setenta reais), por um quantitativo de 12.546 alunos. Portanto, em 2007 receberá recurso um pouco a mais do que recebeu em 2006. O que não pode ser garantido para os anos seguintes, pois ao se aproximar do pagamento do valor aluno/ano em 100%, este mesmo município pode esbarrar no critério de máximo de 15% do recurso do Fundeb.

Tratar mais uma vez, tão enfaticamente, do financiamento da EJA significa explicitar a compreensão de que não superaremos a perspectiva de projetos e programas, avançando para uma política, sem a garantia de que estados e municípios tenham as condições materiais de expansão da matrícula na EJA. O desafio, aqui colocado, numa perspectiva freireana, é enfrentarmos estes números. Acessarmos os dados disponíveis na página do MEC quanto à matrícula estimada para o cálculo do fundo, aos valores aluno/ano de cada localidade e quanto à estimativa de receita, estas informações nos permitiriam realizar a medida de impacto da implantação do Fundeb, onde nossos fóruns estão atuando. Não se trata, neste momento, de negar a positividade da entrada das matrículas de EJA no Fundeb, mas sobretudo reconhecer que nossa questão hoje é outra: identificar os efeitos da entrada com os limites impostos pela regulamentação e sermos propositivos quanto às saídas que precisamos encontrar na política de financiamento que não limite, mas, ao contrário, permita a ampliação das matrículas, num reconhecimento da educação como direito.

Deste aspecto do financiamento outras questões decorrem: a pressão para que de fato esta expansão seja assumida pelo setor público; a clareza de que a reconfiguração da EJA passa por superarmos o discurso do respeito à especificidade dos sujeitos, e passarmos à construção e reconstrução de currículos que efetivamente respondam a esta especificidade, aqui muito especial, a aproximação, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, com a formação profissional; o avanço na concepção de alfabetização que deve abarcar o primeiro segmento do ensino fundamental; a coragem de retomar, como já falamos anteriormente, o debate sobre o verdadeiro papel de cada instituição/entidade/movimento na EJA.

Considerações finais

Finalizando esta reflexão, gostaria de ressaltar a opção por trazer tantas perguntas e tantas dúvidas sobre o que está sendo vivenciado na atualidade das políticas de EJA, ao mesmo tempo em que se reafirma a confiança no tanto que já foi feito, nos últimos onze anos, enquanto fóruns, e seguramente nos imensos desafios que ainda se tem pela frente. Gostaria, então, de voltar a Paulo Freire, com quem compartilho a visão do ser humano produtor da sua realidade, constituindo sua humanidade na relação com o outro, no diálogo com o outro.

Na radicalidade do pensamento freireano está a ênfase na relação entre leitura do mundo e o engajamento no processo de mobilização e de organização para defesa dos direitos, para a **reivindicação da justiça, para toda e qualquer luta.**

“A conscientização não pode parar na etapa do desvelamento da realidade. A sua autenticidade se dá quando a prática de desvelamento da realidade constitui uma unidade dinâmica e dialética com a prática da transformação.” (FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 117)

Concluo esta reflexão com um convite que é de Paulo Freire (TVPUC: 1997), um convite à retomada da nossa “vocação do SER MAIS”. Já temos sem dúvida uma grande capacidade de desvelar a realidade, precisamos sobretudo continuar traçando as estratégias de intervenção nesta realidade. Isto é o que nos manterá vigilantes e com os instrumentos necessários de combate ao processo de desumanização, ao qual estamos freqüentemente submetidos. Isto também representa a capacidade de exercer o “**saber de experiência feito**”.

Referências Bibliográficas

ANGELIM, Maria Luiza Pereira. **Pedagogia da Libertação**. 2006 (texto digitado).

BRASIL. IBGE. **Pesquisa por amostra de domicílios**. www.ibge.gov.br

_____. INEP. **Censo Escolar**. www.inep.gov.br

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro:Paz e Terra,1967.

_____. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Pedagogia do Oprimido**.,17ª.ed.Rio de Janeiro:Paz e Terra,1987.

_____. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro:Paz e Terra,1992.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro:Paz e Terra,1997.

_____. **A educação na cidade**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 1. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho; co-edição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1999.

MACHADO, Maria Margarida. A atualidade do pensamento de Paulo Freire. In.: **Boletim do Programa Salto para o Futuro**: série Brasil Alfabetizado em movimento - 2004. Acessível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto>

TVPUC. **Última entrevista com Paulo Freire**. 17 de abril de 1997, disponível no sítio www.forumeja.org.br

VALE, Maria José e outros. **Paulo Freire – Educar para transformar**. Almanaque Histórico. São Paulo: Mercado Cultural, 2005.